

REFORMA EDUCACIONAL E A FORMAÇÃO DE GESTORES ESCOLARES

AUTORA:

Alda Maria Duarte Araújo Castro
Doutora em Educação
Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação/UFRN
E-mail: alda@digi.com.br

RESUMO

Discute a formação de gestores escolares no contexto da reforma educacional da década de 1990, procurando analisar a articulação existente entre as orientações dos organismos internacionais e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED, na elaboração de um Programa de Capacitação à Distância para Gestores Escolares – o PROGESTÃO. O estudo analisa o Programa a partir de um dos seus principais eixos que é a educação à distância. Considera que o Programa utiliza um modelo inovador de educação à distância que combina a utilização de multimeios com a participação de tutorias, evidenciando a possibilidade de democratização do conhecimento. No que se refere à sua implementação é evidente a fragilidade de sua operacionalização e a superficialidade dos conteúdos veiculados nos módulos. O Programa se consolida como uma estratégia política de formação em serviço para os gestores escolares e um veículo de disseminação dos conteúdos da reforma educacional que visa adequar a escola aos princípios de flexibilidade, de eficiência e de produtividade da atual lógica do mercado. Nessa perspectiva, fica patente a cooperação do CONSED com a formulação e implementação de políticas educacionais articuladas com o Ministério da Educação e orientadas pelos organismos internacionais.

PALAVRAS-CHAVE

Reforma Educacional. Formação de Gestores. Educação à Distância.

O modo de produção capitalista, no decorrer da sua história, atravessou uma série de processos de mudanças e rupturas qualitativas e quantitativas. Esses processos são cíclicos e envolvem todas as esferas da prática social. As transformações do sistema capitalista sempre ocorreram procurando solucionar as crises que se estabeleciam, quando as formas de produção adotadas se esgotavam não correspondendo mais às exigências do capital. Segundo Gentili (1995), esse processo não questiona a natureza e o caráter do modo de produção, mas impõe a este último uma renovada morfologia de sentido transitório e relativamente estável que se reproduzirá até o surgimento de uma nova crise.

O capitalismo alterna a solução de suas crises criando papéis diferenciados para o Estado. Em determinadas circunstâncias atribui uma função intervencionista ao Estado para resolver seus problemas. Em outros momentos, defende uma volta aos princípios liberais baseados em preceitos da não intervenção do Estado nas atividades econômicas, deixando para o mercado a regulação dessas atividades.

O modelo adotado pelos países para resolução dos problemas capitalistas até a década de 70 defendia uma proposta de intervencionismo estatal que rompia com os princípios clássicos do liberalismo econômico. Esse Estado intervencionista, denominado Welfare State¹ ou “Estado do Bem-Estar”, se desenvolveu em um período de crescimento econômico, denominado por Hobsbawm (1995) a “era do ouro” do capitalismo do século XX (1945-1973). Nesse período vigorava a política do pleno emprego e de ampliação dos direitos sociais.

O Welfare State se manifestou concretamente após a Segunda Guerra Mundial, passando por um estágio de sucesso e, no final do século XX, começou a expor sinais de crise, quando o mundo capitalista entrou em um processo de recessão, reforçando inúmeras discussões e abrindo espaço para o fortalecimento de uma nova ordem econômica - o neoliberalismo. Em decorrência dessa crise no final de século, a sociedade experimentou um vertiginoso processo de mudança, provocado pelo avanço tecnológico, globalização da economia, novos padrões de organização do trabalho e, no campo político, uma nova redefinição do papel do Estado.

Essa conjuntura criou condições para o surgimento de paradigmas econômicos mais flexíveis que vêm substituindo os modelos taylorista/fordista, numa tentativa de responder às novas configurações assumidas pelas economias internacionais. Para autores como Harvey (1992), Anderson (1995), as inúmeras transformações que estão ocorrendo na esfera da produção, do mercado e do Estado fazem parte de um mesmo movimento histórico em que o capitalismo lança mão de estratégias, como o neoliberalismo, a globalização e a reestruturação produtiva.

A nova base material da produção cria as condições necessárias para que o processo de trabalho se modifique e passe a exigir uma produção de conhecimento cada vez maior e mais rápida, mais flexível, atingindo todos os setores sociais. Essas transformações são desencadeadas por

inovações tecnológicas cujos reflexos influenciam as formas de organização e administração das empresas e relações de trabalho.

As modernas e sofisticadas tecnologias não substituem a força de trabalho, mas dependem de uma mão-de-obra cada vez mais qualificada e bem treinada. O desenvolvimento de habilidades cognitivas e comportamentais assume papel fundamental nesse processo. Por outro lado, cresce a necessidade de trabalhar em grupo, gerenciar processos, eleger prioridades e criticar propostas. Esses são alguns dos pré-requisitos exigidos para o novo profissional. Esse quadro traz para a educação um novo desafio, uma vez que a pedagogia tradicional não consegue atender às novas demandas de formação do trabalhador e às novas bases materiais de produção.

Nesse novo contexto, as políticas educacionais evidenciam a necessidade de se adotar novos paradigmas em educação que venham atender às demandas dos setores produtivos, o que traz para os educadores de hoje um grande desafio: enfrentar a rapidez e a intensidade das mudanças, além da necessidade de aprender a conviver com estruturas de diferentes épocas que continuam presentes na sua formação e nas suas atividades.

Para Kuenzer (1999), o processo de superação do taylorismo/fordismo pelas formas mais flexíveis de organização e gestão do sistema produtivo, causou impactos sobre os processos pedagógicos e passou a exigir do homem novos conhecimentos e novas atitudes no exercício de suas múltiplas funções, enquanto ser social, político e produtivo.

Essa posição é reforçada por Machado (1994) ao analisar o modelo de automação flexível e sua conseqüência para a força de trabalho. Para a autora, um novo perfil de qualificação é definido para o trabalhador, exigindo: escolaridade básica, capacidade de adaptação a novas situações, compreensão de tarefas complexas, atenção e responsabilidade, atitude de abertura para novas aprendizagens, criatividade e capacidade de comunicação grupal.

Essas transformações provocaram mudanças nos padrões de intervenção estatal que resultaram na emergência de novos mecanismos e novas formas de gestão, redirecionando as políticas públicas e, particularmente, as educacionais. Nessa perspectiva, importantes mudanças vêm ocorrendo na política educacional brasileira no sentido de adaptá-las às novas exigências do mercado de trabalho.

A reforma educacional, em curso no Brasil, insere-se na lógica desse processo de adaptação da força de trabalho às novas exigências do capital. Ao tempo em que se articula com a necessidade da redefinição do papel do Estado que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social, para, através da redução de seu papel intervencionista, fortalecer-se apenas na função de promotor e regulador desse desenvolvimento.

As reformas implementadas no Brasil, ao seguir as diretrizes dos organismos internacionais de financiamento e do ideário neoliberal,

ênfatisam a diminuição dos investimentos do Estado, principalmente em programas sociais, aumentando a exclusão da população de determinados serviços. A reforma educacional, no contexto mais amplo da reforma do Estado, tem priorizado eixos como a *focalização de programas*, que possibilitam a substituição do acesso universal pelo acesso seletivo, a *descentralização* como forma de repassar a responsabilidade dos investimentos em educação a outros níveis de governo ou mesmo para a sociedade civil e a *privatização* como transferência das responsabilidades públicas para organizações ou entidades privadas.

A adoção dessas estratégias influenciou diretamente a organização e a gestão do sistema educacional, interferindo na formulação e na condução das políticas para o campo, determinando novos papéis e funções para os profissionais da educação. É evidente a necessidade de implementação de políticas e programas formativos em gestão que fortaleça as capacidades de liderança, de comunicação, de negociação e resolução de problemas, de trabalho em equipe para otimizar as oportunidades que o modelo de descentralização e de autonomia trazem para as instituições.

Nessa perspectiva, o presente trabalho discute o Programa de Capacitação à Distância para Gestores Escolares – o PROGESTÃO, elaborado pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED, e implementado pelos Estados brasileiros. Procura evidenciar as articulações existentes entre as orientações dos organismos internacionais para a formação dos profissionais da educação e as diretrizes estabelecidas para a formação de gestores escolares pelo CONSED, que utiliza como estratégia de formação, a educação a distância, a formação continuada e em serviço.

INFLUÊNCIAS DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NA FORMAÇÃO DOS GESTORES

A reforma educacional iniciada no Brasil, no período de 1990, foi fortemente orientada pelos organismos internacionais, entre eles a Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, que defendem a tese da centralidade da educação e do conhecimento como condições fundamentais para que a América Latina busque a transformação produtiva com equidade.

Orienta, ainda, as concepções de tais organismos, a crença de que é possível utilizar estratégias que possibilitem explorar todo o potencial educativo das tecnologias e dos meios de comunicação e informação, redefinindo, dessa forma, os tempos e os espaços destinados à aprendizagem. Confirma-se, assim, o destaque à modalidade de educação à distância. Essas diretrizes trazem ainda o

reconhecimento da necessidade de redimensionar papel dos profissionais da educação, considerados como agentes de mudanças.

Para a gestão educacional é evidente a defesa de dois eixos: a abertura da instituição através de um sistema participativo, flexível e aberto ao mundo que a cerca e a descentralização que busca fortalecer a autonomia dos estabelecimentos, os estamentos, aumentando, assim, a flexibilidade para adaptar-se às necessidades do meio em contínua mutação.

Essas idéias são sedimentadas pelas diretrizes do Banco Mundial que orientam para a capacitação dos profissionais da educação, a formação em serviço por meio da educação à distância e do uso da tecnologia, em detrimento da formação inicial, considerando a relação custo-benefício. Sobre a formação o documento, *Prioridades y Estratégias para a Educação* (1995), traz o seguinte entendimento:

Entre los elementos reconocidamente eficaces de formación en el servicio se cuentan la presentación de nuevas teorías o técnicas, las demostraciones de su aplicación, la práctica, el intercambio de información, y el entrenamiento continuado. [...] Los programas de educación a distancia para la formación pedagógica en el servicio (y anterior al servicio) suelen ser más eficaces en función de los costos que los programas de enseñanza en internados." (BM. p.91-2).

Na área da gestão escolar, o documento do BM (1995), evidencia a participação da família na administração da escola como estratégia da melhoria do rendimento escolar. Essa recomendação é referenciada nos resultados de pesquisas realizadas por técnicos do Banco Mundial que demonstram que nas comunidades onde as famílias têm participação ativa na escola há uma melhoria do rendimento escolar e as mesmas estão mais dispostas a contribuir com o financiamento da educação.

Defende, ainda, a autonomia da escola como forma de aumentar a qualidade da educação, mudanças da forma de organização burocrática e centralizadora da escola para uma gestão mais flexível e autônoma em todos os sentidos, pedagógica, administrativa e financeira.

Nessa lógica, as diretrizes educacionais para a década de 1990 em todo continente Latino Americano passaram a se caracterizar por apresentar um novo modelo de organização e gestão da educação pública definindo novos papéis e novos modelos de formação para os gestores educacionais. No Brasil, essas diretrizes são encontradas, principalmente, no Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/1996 e, ainda, no atual Plano Nacional de Educação (2001).

Ao elaborar o diagnóstico da educação fundamental no país, o Plano Decenal de Educação apresenta a gestão do sistema educacional como um dos pontos críticos que merece atenção na formulação de estratégias de desenvolvimento da educação básica para todos. Nesse sentido esclarece,

A falta de consistência, de continuidade, de integração estratégica e de focalização das ações de direção e de administração dos sistemas leva a uma ineficiente orientação das equipes responsáveis pelas unidades escolares. Os problemas de gestão estão presentes nos vários níveis decisórios do sistema educacional. (BRASIL, 1993, p. 27).

Nessa perspectiva, a gestão centralizada dos sistemas escolares é vista como um obstáculo a ser superado, pois enfraquece a escola como instituição chave do processo ensino-aprendizagem, uma vez que as decisões que afetam o seu cotidiano são tomadas por instâncias bem distantes da prática escolar.

No entanto no que se refere à organização e à gestão do sistema educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - nº 9394/1996, no Art. 14, traz inovações que vão produzir importantes reflexos sobre a gestão exercida até então na escola pública, uma vez que estabelece a adoção de princípios democráticos para a gestão educacional, operacionalizada através da elaboração de um projeto Político Pedagógico para as unidades escolares e da implementação de Conselhos Escolares.

Essas determinações vão ser acatadas pelo Plano Nacional de Educação (2001) incentivando a criação dos Conselhos Municipais de Educação, prevendo que cada sistema de ensino deve definir suas normas de gestão democrática com a participação da comunidade. O Plano prevê ainda a realização de programas de formação continuada para diretores de escolas.

Ao analisar as novas demandas exigidas pela atual legislação educacional brasileira para a execução das políticas na área da gestão escolar, percebe-se a necessidade de formar um novo perfil de gestor, de estabelecer novos referenciais de formação e a necessidade de viabilizar estratégias alternativas de formação dos gestores escolares.

Alguns autores, entre eles, Luck (2000), Wittmann (2000), são unânimes em reconhecer a capacitação profissional como uma das condições para a implementação de mudanças e reformas na política educacional. Nessa perspectiva, um dos maiores desafios a ser empreendido em relação à gestão, diz respeito à qualificação do gestor para atender às novas demandas que vêm sendo esboçadas pela sociedade e que exigem uma profunda revisão dos processos de formação, nos quais a gestão centrada na coordenação, na liderança, na conjugação de esforços e no desenvolvimento do projeto institucional constituem fatores determinantes da melhoria da qualidade do ensino.

A INTERLOCUÇÃO DO CONSED COM A REFORMA EDUCACIONAL - O PROGESTÃO

Ao analisar a interferência dos organismos internacionais na definição da política educacional brasileira, autores como Fonseca

(1998), Aguiar (2002) e Silva (2002) afirmam que há uma complacência dos órgãos nacionais em difundir as idéias divulgadas pelo Banco Mundial. Não se pode responsabilizar apenas essa instituição financeira pela implantação das políticas nacionais de educação; existe uma grande co-responsabilidade dos atores internos nessas negociações.

As relações entre os organismos internacionais e os agentes nacionais vêm se estreitando claramente nos últimos anos por meio da subordinação do governo federal, pelo descompromisso dos acordos de Jomtien, pelo alinhamento da legislação educacional vigente, pela incapacidade de tomar medidas independentes, pela banalização das diferenças regionais e sociais, pela despolitização das relações econômicas e pelo enfraquecimento das instituições jurídicas, sociais e educacionais.

Nesse contexto de alinhamento, ressalta-se o papel do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED, órgão colegiado, que surge no cenário nacional na década de 1980 como um fórum de resistência ao centralismo das decisões tomadas pelo MEC em relação à educação básica. Segundo Aguiar (2002, p. 78) *por sua posição contestatória o CONSED firma-se como uma entidade civil que procura interferir na formulação e política educacional tendo como bandeira a defesa da democratização da educação pública de qualidade.*

Ainda segundo Aguiar (2002), no contexto da reforma educacional da década de noventa, essa posição contestatória cede lugar a uma conduta conciliatória e de parceria com o Ministério da Educação em sintonia com as políticas educacionais e as orientações internacionais.

Nesse contexto de alinhamento e considerando as novas exigências para o papel do gestor, o CONSED promoveu a elaboração do Programa de Capacitação à Distância para Gestores Escolares - PROGESTÃO. O Programa tem como objetivo formar uma equipe de gestores escolares comprometidos com a construção de um projeto de gestão participativa da escola pública, focada na permanência e sucesso da aprendizagem dos alunos. Destina-se aos gestores escolares em pleno exercício de suas atividades nas escolas públicas do País.

O programa consta de nove módulos cujas discussões temáticas são relevantes para a operacionalização da reforma educacional no cotidiano das escolas. Os temas discutidos ressaltam a necessidade da elaboração do Projeto Pedagógico com ênfase no planejamento estratégico, no estabelecimento das parcerias e na avaliação institucional como conteúdos necessários para uma boa gestão e organização escolar. A metodologia utilizada pelo PROGESTÃO ressalta o trabalho em equipe, a resolução de problemas e o envolvimento e compromisso de todos nas ações da escola.

Os estudos realizados mostram a estreita articulação do Programa com os princípios da reforma educacional em andamento no País e a sua consonância com os resultados da avaliação que os organismos internacionais, entre eles CEPAL, Banco Mundial e o Programa de

Promoção da Reforma Educacional na América Latina – PREAL, fizeram sobre o impacto das reformas educacionais na América Latina, que evidência a formação de gestores como uma das estratégias de sustentabilidade da reforma educacional.

Nessa perspectiva, os organismos internacionais expressam uma grande preocupação com a formação do gestor a partir dos diagnósticos realizados na região, enfatizando que as reformas institucionais não foram devidamente acompanhadas por uma adequada política de capacitação para a gerência das políticas públicas, contribuindo, assim, para a fragilidade da autonomia das instituições escolares e pondo em risco o êxito das reformas.

Discutindo sobre a necessidade da formação do gestor como um dos atores educacionais com maior responsabilidade na implementação da reforma educacional, Krawczyk (2002, p. 50) faz o seguinte comentário:

Nos últimos anos, começa a haver crescente investimento na definição de estratégias – de capacitação em serviço e de educação superior- para a formação desse novo perfil do dirigente educacional, o gestor da educação, com o propósito de fortalecer a gestão nos diferentes níveis do sistema educacional ... O debate em torno da formação para a gestão não se restringe às políticas governamentais de formação em serviço. Pelo contrário, alcança e é alcançada pela discussão sobre políticas de formação superior e/ou universitária, segundo os países.

Ainda no entendimento da autora, a UNESCO, ao analisar as transformações ocorridas na gestão educativa, conclui que a descentralização dos processos de gestão ocorreu, apenas, parcialmente e tem-se mostrado pouco efetiva na prática devido a não criação das condições objetivas de operacionalização. Na ótica da organização, os principais obstáculos são: falta de definição clara das funções das distintas instâncias; reprodução do modelo burocrático central; falta de preparação de pessoas que desenvolvem as novas funções e, ainda, falta de recursos financeiros.

A iniciativa de elaboração de um programa de gestores através da educação a distância pelo CONSED no atual momento da reforma do estado, reforça o papel da entidade como interlocutora nacional da execução das políticas educacionais. Segundo Aguiar (2002), essa mudança se inicia na década de 1990 e tem origem com a mudança do quadro sócio-político nacional. O CONSED, nessa época, passa a defender a necessidade de adequar os sistemas educacionais às transformações que vêm ocorrendo em escala mundial e que estão a exigir mudanças profundas no campo da educação.

O EIXO DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO PROGESTÃO

As novas tecnologias da comunicação e da informação trouxeram para o campo da educação à distância um novo redimensionamento, não só na utilização de técnicas, de métodos, de produção de material mas também na abrangência de seus usos. Isso possibilitou cada vez mais o acesso da população ao conhecimento e à informação e trouxe também a possibilidade da sua aplicação direcionada para o mercado de trabalho como um meio de qualificar a mão-de-obra necessária para atuar no novo modelo de acumulação de capital.

Dentro desse contexto, os organismos internacionais recomendam o seu uso em larga escala em todos os níveis e modalidades de ensino. No Brasil, a educação à distância tem sido largamente utilizada, pelo Ministério da Educação como uma estratégia da reforma educacional, principalmente para a formação continuada e em serviço de professores do ensino fundamental.

O CONSED elegeu a modalidade de educação à distância para a formação de gestores como um meio democrático para universalizar essa formação, possibilitando o atendimento ao maior número possível de gestores em várias regiões do País.

No que se refere à modalidade de educação à distância utilizada pelo programa, tomamos como referência de análise, autores como Belloni (1999); Litwin (2001); Gutierrez (1994), por defenderem o entendimento de que essa modalidade de educação possui características específicas, é uma maneira particular de criar um espaço para gerar, promover e implementar situações em que o aluno aprenda, sem, no entanto, contar com a presença física do professor.

O PROGESTÃO se organiza utilizando um modelo de educação à distância atual, possibilitando a utilização de vários meios tecnológicos, momentos presenciais, trabalhos em grupos numa tentativa de minimizar os efeitos da separação física, professor – aluno. Os momentos presenciais aparecem como determinantes de um bom programa de formação continuada por possibilitar momentos de formação coletiva, de troca e de reflexão.

Utilizar a educação à distância como um processo educativo inovador, ampliando e requalificando os espaços de aprendizagem convencionais, representa um grande desafio às instituições educacionais. É preciso estar consciente de que o caráter inovador da educação à distância não está, apenas, no uso de tecnologias avançadas, mas sim, em uma adequada concepção de educação da proposta formativa, desenvolvendo as competências requeridas em uma leitura crítica da sociedade tecnológica, na relação do sujeito com a tecnologia, propiciando uma revisão da prática educativa individual e intervindo no âmbito institucional.

A idéia de que a aprendizagem pode ocorrer sem a presença do professor dá um caráter inovador à educação à distância e, por outro lado, determina a necessidade de usar meios de comunicação e estratégias de instrução totalmente diferenciadas das usadas na educação presencial e um serviço de tutoria para exercer o papel da mediação pedagógica.

As modernas conceituações de educação à distância acentuam a importância da motivação em aprender e a utilização dos avanços tecnológicos. Nessa nova concepção, os processos pedagógicos devem ser mais aprendizagem e menos ensino. Para o aluno cursista, isto implica atitudes e habilidades especiais, como: disposição para o auto-aprendizado, adaptação à disponibilidade de tempo do aluno, ritmos de aprendizado diversificados, interatividade como fonte informativa para superação das dúvidas, possibilidades de comunicação e cooperação entre os que aprendem para a geração do novo conhecimento, facilidades de acesso, versatilidade dos meios para atingir diferentes faixas etárias, níveis de conhecimento, ambientes urbanos ou rurais.

O PROGESTÃO elaborado dentro de modernas conceituações de educação à distância apresenta para a tutoria, algumas competências específicas que devem ser exigidas uma vez que o seu papel principal não é ministrar aulas convencionais, mas, utilizando-se dos materiais instrucionais, realizar a mediação da aprendizagem. Assim, entre as competências de um bom tutor estão - ser um bom facilitador, estimular o pensamento crítico, promover no grupo o sentido de trabalhar em equipe, evitar que os cursistas percam a iniciativa, fazer perguntas que estimulem o raciocínio, e enfatizar a aprendizagem e não o ensino.

Nesse sentido o PROGESTÃO se caracteriza como um programa inovador no campo da educação à distância, propiciando aos alunos/cursistas a possibilidade de desenvolver capacidade de autonomia, interação e participação na sua própria formação.

No que se refere aos conteúdos, a análise dos módulos do PROGESTÃO, evidencia uma grande superficialidade. Por ser um programa de educação à distância, os textos procuram ser claros, em uma linguagem de fácil compreensão, no entanto, na tentativa de serem o mais compreensível possível os temas são tratados de forma aligeirada não possibilitando os aprofundamentos teóricos.

Para superar essa fragilidade, o Programa sugere uma bibliografia complementar nem sempre disponível ao cursista, para aprofundar os estudos. Aposta em competências que são exigidas a alunos de educação à distância como a capacidade de auto-formação, a criatividade, a dinamicidade e a adoção de uma atitude de investigação e pesquisa e que não é comum nos profissionais que estão participando do curso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O destaque dado ao tema “gestão educacional”, no atual contexto das políticas educacionais, a sua articulação com a educação à distância

para a formação continuada dos gestores escolares abrem uma enorme possibilidade de atendimento e de democratização ao conhecimento. No atual momento da reforma educacional brasileira, a associação dessa modalidade de educação às diretrizes expostas pelo Banco Mundial realça muito mais a redução de custos e investimentos e a possibilidade de disseminação de uma ideologia dominante, do que propriamente a qualidade do ensino.

A atuação do CONSED como instituição articuladora de um programa de capacitação de gestores vai além de apoio a medidas instituídas pelo MEC, pois é evidente o seu papel de formulação e implementação de políticas educacionais no atual contexto da reforma.

A materialização do PROGESTÃO comprova a cooperação do CONSED com as orientações internacionais e nacionais. A ênfase à formação de gestores como indispensáveis ao sucesso da implantação da reforma educacional e utilização da educação a distância para operacionalizá-la comprovam essa assertiva.

A utilização da educação a distância desponta como uma alternativa inovadora que utiliza modernos recursos tecnológicos e um sistema de tutoria para quebrar a sensação de isolamento típico dessa modalidade de educação. No entanto, o sucesso do programa está mais nas condições operativas dos órgãos que têm a responsabilidade de sua execução do que no modelo de educação a distância adotado.

Utilizar a educação a distância como um processo educativo inovador, ampliando e requalificando os espaços de aprendizagem convencionais, representa um grande desafio às instituições educacionais. É preciso estar consciente de que o caráter inovador da educação a distância não está, apenas, no uso de tecnologias avançadas, mas sim, em uma adequada concepção de educação da proposta formativa, desenvolvendo as competências requeridas em uma leitura crítica da sociedade tecnológica, na relação do sujeito com a tecnologia, propiciando uma revisão da prática educativa individual e intervindo no âmbito institucional.

Algumas modificações devem ser realizadas no Programa para que o mesmo possa desenvolver todas as suas potencialidades no campo pedagógico: permitir que o recurso tecnológico seja utilizado de forma integrada ao processo pedagógico e não, apenas, como um mero instrumento. Enquanto uma política de formação, deve ultrapassar a condição de mera retórica e assumir uma posição de destaque, comprometida com a melhoria da qualidade do ensino público.

Nesse sentido, cabe aos gestores aproveitarem esse momento, em que, teoricamente, se abre a possibilidade de espaços de descentralização e de maior autonomia para a escola, no sentido de trabalhar na perspectiva da mudança, da construção dessa autonomia, viabilizando estratégias que possibilitem a participação dos atores escolares nas instâncias de planejamento, execução e avaliação, para a construção a partir de suas experiências de uma “nova escola”.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Ângela da S. O Conselho Nacional de Secretários de Educação na reforma educacional do governo FHC. Políticas públicas para a educação: diversos olhares sobre o período de 1995 a 2002. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, v. 23 n.80, setembro/2002, p.73-90.

ALMEIDA, Maria Doninha. “Cidadania e o Welfare State: da ênfase da cidadania de direito ao sujeito cliente do Estado”. Do redimensionamento da cidadania burguesa à (des) cidadania: bem-estar, exclusão e educação escolar. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BANCO MUNDIAL. (1995). *Prioridades y estrategias para la Educación*. Examen del Banco Mundial. Washington, D.C, 1995.

BELLONI, Maria Luíza. *Educação à distância*. Campinas. Autores Associados. 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Plano Decenal de Educação para Todos*. Brasília, DF, 1993.

_____. Presidência da República. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996.

_____. Presidência da República. *Plano Nacional de Educação*. Brasília, DF, 2001.

CEPAL.UNESCO.OREALC - *Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade*. Brasília: IPEA/INEP, 1995.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial e a Gestão da Educação Brasileira. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). *Gestão democrática da educação*. Petrópolis: Vozes, 1998. (Desafios Contemporâneos).

GENTILI, Pablo. *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.

GUTIERREZ, Francisco; PRIETO, Daniel. *A mediação pedagógica: educação a distância alternativa*. Campinas: Papirus, 1994.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KRAWCZYK, Nora. A sustentabilidade da reforma educacional em questão: a posição dos organismos internacionais. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, nº 19, jan/fev/mar/abr. 2002.

KUENZER, Acácia. As políticas de formação de professor: a constituição da identidade do professor sobrando. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, ano XX, n. 68, dez/1999, p. 163-183.

LITWIN, Edith. O bom ensino da educação à distância. In: LITWIN, Edith (Org.) *Educação à distância: temas para o debate de uma nova agenda educativa*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

LUCK, Heloisa. Perspectivas da Gestão Escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. *Revista Em Aberto*. Brasília, v.17, nº 72, p.11-33, m fev./jun.2000.

MACHADO, Maria Aglaê de Medeiros. *Progestão: Guia didático*. Brasília: CONSED, 2001.

_____. *Programa de Capacitação para Gestores Escolares*. Guia do tutor. Brasília. CONSED, 2001.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora. *Revista Educação e Trabalho*. Campinas: Papirus, 1994. (Coletânea).

SILVA, Maria Abadia. *Intervenção e consentimento: a política do Banco Mundial*. Campinas: Autores Associados, 2002.

UNESCO. *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC, 1998. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI.

WITTMANN, Lauro Carlos. Autonomia da escola e democratização de sua gestão: novas demandas para o gestor. *Revista Em Aberto*. Brasília, v.17, nº 72, p.11-33, m fev./jun.2000.

NOTA

¹ Alguns autores, entre eles Almeida (1997), Anderson (1995), reconhecem que historicamente o intervencionismo do Estado reporta-se a períodos bem anteriores à questão do Welfare State propriamente, e lembram como exemplos, a época de Bismark na Alemanha e mais recentemente nos anos 30, o New Deal – política de Bem-Estar público, baseada nas idéias de Keynes e adotada pelos Estados Unidos.

TRAMITAÇÃO

Recebido em: 26/04/04

Aceito em: 18/06/04